

LAÇOS E DESENLACES NA CONTEMPORANEIDADE

Joel Birman*

I. Estrutura familiar e formas de subjetivação

A intenção primordial deste ensaio é a de procurar tecer algumas articulações possíveis entre certas características psíquicas, que se evidenciam nas subjetividades contemporâneas, com as transformações apresentadas pela estrutura familiar na atualidade. Se estas transformações foram fundamentais, revirando a família e as formas de conjugalidade de ponta-cabeça, sem dúvida, é preciso que se afirme e se reconheça isso logo de início. Desta maneira, é necessário delinear as mudanças ocorridas no campo da família hoje, sem as quais a leitura das especificidades psíquicas a que me referi acima e que se disseminam na atualidade perde não apenas qualquer densidade, mas também qualquer significação. Este é o meu ponto de partida aqui e a minha aposta metodológica fundamental ao longo deste ensaio.

Não se pode perder de vista, no que concerne a isso, aliás, que certas modalidades de experiência subjetiva, descritas pelo discurso psicanalítico desde o percurso freudiano inaugural, assim como as formas de *dor* e de *sofrimento* que lhes são correlatas, tem uma relação crucial com a estrutura moderna da família, como ainda veremos aqui posteriormente. O discurso freudiano reconhece a legitimidade teórica deste enunciado e suas teses são inseparáveis de um certo modelo de família.

Com efeito, no seu ensaio de 1908, intitulado “A moral sexual ‘civilizada’ e a doença nervosa dos tempos modernos”, Freud realizou uma brilhante genealogia da civilidade ocidental e sua inflexão decisiva na modernidade, destacando os efeitos catastróficos produzidos nas individualidades pelo imperativo então instituído da moral monogâmica.¹ Com isso, a inserção do erotismo no campo da família monogâmica produziu as ditas “doenças nervosas” na modernidade que, ao lado da agressividade, da violência e da criminalidade que disso também seriam decorrentes, constituiu aquilo que Freud denominou de *mal-estar* no final dos anos 20.² A impossibilidade de circulação

* Psicanalista, Membro do Espace Analytique e do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, Professor Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

¹ Freud, S. “La morale sexuelle ‘civilisée’ et la maladie nerveuse des temps modernes”. (1908). In: Freud, S. *La vie sexuelle*. Paris, PUF, 1973.

² Freud, S. *Malaise dans la civilisation* (1930). Paris, PUF, 1930.

e de expressão da sexualidade perverso-polimorfa, no campo desta estrutura de família, teria então provocado múltiplos efeitos nefastos sobre o psiquismo.³

Portanto, para evidenciar as linhas de força que se esboçam nas ditas transformações da atualidade, é preciso descrever a estrutura familiar na sua complexidade social e histórica, destacando os processos político e econômico que nela se condensam. Para isso, é preciso diferenciar devidamente as estruturas da família na *modernidade* e na *atualidade*, para que as linhas de força e as valências presentes na construção subjetiva possam ser bem evidenciadas. Esta leitura *contrastiva* é fundamental para a *genealogia* que me proponho a realizar aqui das *formas de subjetivação*⁴, nestes diferentes contextos e tempos históricos.

Esta modalidade teórica de leitura aqui proposta se justifica em decorrência das mudanças psíquicas evidenciadas na atualidade, pelas quais uma transformação significativa se mostra patente. Esta transformação se inscreve então no registro eminentemente *clínico*, onde uma mudança no campo da demanda se torna evidente.

Assim, as *neuroses clássicas* se tornam hoje cada vez mais rarefeitas na demanda de cuidados, na medida que a *conflitualidade* psíquica se dilui de forma progressiva e significativa. A conflitualidade interior é cada vez mais substituída pelos *embates* que se estabelecem entre os indivíduos e destes com as instâncias exteriores, no campo social e interpessoal. Em decorrência disso, as performances e a apresentação das imagens de si de cada um se superpõem cada vez mais à *interlocução* e o *discurso* entre os indivíduos. Consequentemente, a agressividade e a violência se disseminam como um rastilho explosivo, de maneira que a irritabilidade crescente toma totalmente aqueles de fio à pavio. Por isso mesmo, o corpo se transformou num lugar crucial onde o mal-estar se enuncia como queixa, pelo qual os indivíduos indicam de maneira ostensiva que algo não está bem com ele. A sensibilidade excessiva dos indivíduos em relação à auto-imagem é transbordante, de forma que a *depressão* passa a dominar a cena contemporânea, assumindo o lugar privilegiado que era ocupado anteriormente pela *angústia*.

Não pretendo retomar esta descrição no presente ensaio, já que foi por mim desenvolvido em outros contextos, a que remeto o leitor.⁵ Porém, é evidente que esta

³ Freud, S. “La morale sexuelle ‘civilisée’ et la maladie nerveuse des temps modernes”. (1908). In: Freud, S. *La vie sexuelle*. Op. cit.

⁴ Foucault, M. *La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976.

⁵ Sobre isso, vide: Birman, J. “Subjetividades contemporâneas”. In: Birman, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006; Birman, J. “Reviravoltas na Soberania”. Idem.

problemática se relaciona com o que está em pauta no presente ensaio, no qual vou permanecer especificamente na relação entre estas mudanças psíquicas e a nova configuração da ordem familiar.

De qualquer maneira, a pertinência teórica desta problemática para a psicanálise é que as novas modalidades de subjetivação colocam em questão o *dispositivo clínico* da *cura-tipo*, configurado pelo discurso freudiano, como se evidencia claramente nas publicações psicanalíticas dos últimos anos. Estaria justamente aqui a atualidade desta problemática eminentemente contemporânea.

II. Da família extensa à família nuclear

A família *moderna* se iniciou na passagem do século XVIII para o século XIX, se identificando assim com o incremento do poder social assumido pela burguesia na tradição ocidental. Daí porque essa configuração de família foi denominada seja de *nuclear* seja de *burguesa*, indicando então com isso a sua ruptura com a família pré-moderna.

Quais foram as mudanças cruciais que então ocorreram? A família pré-moderna foi denominada de *extensa* pelos historiadores e cientistas sociais. O que isso quer dizer, afinal das contas? Nada mais nada menos que conviviam no mesmo espaço diferentes gerações, além do casal parental, acompanhado dos filhos e dos agregados. A *autoridade* do pai era quase absoluta e incontestável, como a figura do rei no espaço público, aliás, condensando então o *pater potestas*⁶ o poder *soberano* que estava aqui no seu auge.⁷ A figura da mulher seria aqui um mero apêndice nesta estrutura, corpo que se presta para a mera reprodução da prole, não obstante certos avanços face à mulher realizados pelo Cristianismo.

Ao longo do século XVIII algumas transformações importantes começaram a se evidenciar, no sentido da constituição de espaços de *privacidade* no campo da família. Assim, os pais começaram a possuir um espaço privado no interior da casa, na qual a *intimidade* seria preservada. Os filhos, que viviam anteriormente numa misturada promíscua com os pais, passam a ter também um quarto privado. Na dependência dos recursos econômicos da família, os meninos e as meninas seriam também separados em espaços distintos, para impedir qualquer promiscuidade sexual entre aqueles. As

⁶ Áries, Ph, Chartier, R. *História da vida privada 3*. Da Renascença aos séculos das luzes. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

⁷ Foucault, M. *Surveiller et Punir*. Paris, Gallimard, 1974

relações sexuais entre os pais, enfim, passaram a acontecer no espaço exclusivo da intimidade do casal, inscrevendo-se então nos registros do *secreto* e do *segredo*.⁸

Este conjunto de transformações convergiram para a constituição da família nuclear, na qual se inseriam agora tão somente as figuras dos pais e dos filhos. O poder paterno foi então relativizado, se mantendo ainda nos espaço privado; mas tendo no espaço público os seus signos mais ostensivos. Porém, a figura do pai foi permanentemente evocada e aludida pela figura da mãe, quando a criança ultrapassava os limites esperados e a possibilidade do castigo se fazia presente. Seria o pai então que era o agente da punição face à falta da criança, evocada que era permanentemente pela mãe nestas situações de transgressão. O discurso freudiano alude a isso o tempo todo, de maneira literal, se referindo assim ao castigo e à castração.

Neste contexto, a figura da mulher foi reduzida a condição de mãe, de forma que a gestão do espaço privado da família ficou ao seu inteiro encargo. Estava aqui incluído não apenas a administração doméstica da casa, mas também a gestão da saúde e da educação das crianças. Vale dizer, a figura da mulher-mãe se incumbia do espaço privado da família e das bordas dessa, nas suas articulações com as instituições médica e pedagógica. É evidente que ocorreu aqui um incremento do poder social da mulher, enquanto mãe, que se contrapunha ao poder paterno. No entanto, a relação entre estes poderes era ainda *assimétrica*, pendendo para o pólo do pai.

De que maneira interpretar estas transformações radicais, num sentido mais abrangente?

III. Biopolítica

Para compreender devidamente estas mudanças é preciso inscrevê-la no campo da *biopolítica*, que seria constituinte da modernidade ocidental. Pela mediação da biopolítica ocorreu uma *medicalização* do espaço social, pela qual a medicina passou a regular os corpos no registro individual e coletivo. Pretendia-se assim engendrar a *qualidade de vida* da população,⁹ como signo maior da riqueza das nações.

Foi assim que a população se transformou em objeto e alvo do poder, o que não ocorria anteriormente. O *biopoder* foi então uma das modalidades específicas assumida pelo poder neste contexto. Com isso, uma outra forma de história foi também engendrada, denominada de *biohistória*, mediante a qual a produção da espécie passou

⁸ Ariès, Ph. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien regime*. Paris, Seuil, 1973.

⁹ Foucault, M. *La volonté de savoir*. Op. cit.

também a se inscrever nos cálculos do poder. A categoria de *corpo-espécie* foi então enunciada, com os seus dispositivos e discursos, na medida que a reprodução sexual e a regulação das genealogias passaram a ser também imperativos do poder, em nome sempre da produção de riqueza.¹⁰

Em decorrência disso, a *demografia* foi constituída como saber, para regular as variações e cortes da massa populacional. Do nascimento à morte, as diferentes idades da vida passaram a ser objeto da vigilância biopolítica, submetidas que foram à quantificação estatística. Ao lado disso, a *epidemiologia* foi também constituída como saber, procurando regular quantitativamente a incidência e a prevalência das enfermidades. A *polícia médica* se constituiu na segunda metade do século XVIII, inicialmente na Alemanha e se disseminando em seguida para os demais países europeus, visando esquadrihar as cidades e o campo, nas suas relações com a sujeira e a limpeza, isto é, com as diversas fontes de saúde e de doença. A circulação do ar passou a ser objeto de controle médico estrito, de maneira que as edificações passaram a serem programadas de acordo com a produção das impurezas. Enfim, a limpeza urbana foi instituída como projeto do controle das doenças e de prevenção da saúde das populações.

Estamos lançados assim no campo da higiene social, que dominou o processo de medicalização ao longo do século XIX. O espaço social foi então meticulosamente esquadrihado, de forma que as categorias do *normal*, do *anormal* e do *patológico* passaram a definir as ações normativas dos dispositivos biopolíticos.¹¹ A *periculosidade* social enunciou como uma problemática crucial neste contexto, de maneira que o crime e a loucura foram inscritos neste projeto de *normalização* infinita do espaço social.^{12, 13} Enfim, as classes perigosas passaram a ser um dos alvos fundamentais da regulação biopolítica.

É preciso indicar agora como este dispositivo da biopolítica incidiu sobre a ordem familiar, marcando não apenas os seus personagens e suas práticas, mas também engendrando novas formas de subjetivação.

¹⁰ Foucault, M. Idem

¹¹ Foucault, M. *Naissance de la clinique*. Paris, PUF, 1963.

¹² Foucault, M. *Il faut défendre la société*. Paris, Hautes Études/Gallimard/Seuil, 1997.

¹³ Foucault, M. *Les anormaux*. Paris, Hautes Études/Gallimard/Seuil, 1999.

IV. A biopolítica no discurso freudiano

Nesta perspectiva, se a promoção da saúde era fundamental a mulher-mãe deveria ser saudável, sendo condensada nela a figura da mãe-higiênica. Assim, para constituir uma prole saudável exames pré-nupciais foram progressivamente instituídos, para impedir desta maneira a conjunção de anomalias com o futuro marido. Ao lado disso, as enfermidades genitais femininas deveriam ser devidamente controladas, assim como a gestação e o parto, em nome da qualidade de vida da prole. Daí porque a *ginecologia* e a *obstetrícia* tenham sido constituídas neste contexto histórico.¹⁴

No que concerne a figura do homem, como pai que seria de uma prole saudável, necessário foi o controle social sistemático da prostituição pela medicina, para impedir os efeitos nefastos das doenças venéreas. Com efeito, se os homens poderiam dispor de uma ampla e complexa rede de bordéis, ao longo dos séculos XIX e XX, as prostitutas deveriam ser submetidas a exames regulares, para que fossem constatados a inexistência do “mal” venéreo como condição primordial do exercício profissional. Os atestados médicos eram então conferidos a estas mulheres, como garantia de que não transmitiriam doenças aos homens e à sua prole.¹⁵

No que tange a prole, a discriminação das idades da vida foi então delineada. Os níveis de maturidade intelectual e afetivo foram assim esboçados, numa relação entre os potenciais evolutivos e involutivos daqueles momentos da vida. A hierarquia presente no processo escolar e nas técnicas pedagógicas correlatas se inscrevem neste modelo psicobiológico da vida, ao mesmo tempo evolutivo e desenvolvimentista. A infância, a adolescência, a idade adulta e a velhice foram assim destacadas nas suas especificidades biológicas e morais.

Sabe-se que o que denominamos de infância e adolescência foi uma invenção marcante do Ocidente, que ocorreu apenas na passagem do século XVIII para o século XIX.¹⁶ Isso porque a produção da qualidade de vida da população dependia agora de um investimento massivo nestas idades da vida, nos registros da saúde e da educação. O *Capital* econômico e simbólico das nações estaria aqui então condensado. A qualificação vital dos adultos, enfim, estaria na dependência estrita da qualificação dos jovens.

¹⁴ Birman, J. *Gramáticas do Erotismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

¹⁵ Birman, J. *Idem*.

¹⁶ Ariès, Ph. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien regime*. Paris, Seuil, 1973.

Em decorrência disso, a *pediatria* e a *puericultura* como especialidades médicas foram constituídas neste contexto histórico. Ao lado disso, a universalização do ensino foi também instituída, para constituir uma população bem educada e que não ficasse restrita às elites e à aristocracia como no Antigo Regime. A totalidade da população passou ir à escola desde então, sendo isso transformado num preceito constitucional das sociedades democrática e republicana na modernidade.

Quais foram os efeitos de subjetivação desta problemática?

Antes de mais nada, a figura da mulher-mãe era o objeto de uma experiência *sacrificial* em nome do investimento dos filhos. A libido feminina se condensava na gestão da ordem familiar, seja nas conjunções dessa com as instituições médica e escolar. Os filhos consumiam toda a libido feminina, considerando aqui inicialmente o engendramento daqueles e os seus cuidados posteriores. A figura do homem-pai ficava a salvo disso, protegido que era pela sua inserção no espaço público. Por isso mesmo, o discurso freudiano pôde enunciar, em “A moral sexual ‘civilizada’ e a doença nervosa dos tempos modernos”, que as mulheres pagaram um preço muito maior pelo projeto da civilização do que os homens.¹⁷ É evidente, repito, que Freud se refere aqui à modernidade, bem entendido.

Este sacrifício feminino se evidenciava na representação das mulheres nos discursos psiquiátrico e psicanalítico. Assim, a figura da mulher era enunciada pela sua condição de ser nervosa inicialmente e de ser histérica em seguida, no discurso psiquiátrico.¹⁸ Com a psicanálise o *nervosismo* e a *histeria* foram interpretadas numa leitura libidinal, de forma que a insatisfação feminina estava sempre em causa. Esta insatisfação se redobrou numa leitura do *masoquismo* feminino, marca por excelência que seria da dita experiência sacrificial. Posteriormente, o masoquismo sacrificial assumiu francamente a forma da *melancolia*, como se pode depreender dos ensaios freudianos sobre a sexualidade feminina.¹⁹

Onde isso nos conduz, afinal das contas? O masoquismo sacrificial conduziria as mulheres a um total depauperamento de si, na qual aquelas perderia qualquer viço e brilho. O discurso freudiano nos mostrou isso com precisão pela figura exemplar da

¹⁷ Freud, S. “La morale sexuelle ‘civilisée’ et la maladie nerveuse des temps modernes” (1908). In: *La vie sexuelle*. Paris, PUF, 1973.

¹⁸ Foucault, M. *Le pouvoir psychiatrique*. Paris, Gallimard//Seuil, 2003.

¹⁹ Sobre isso, vide: Freud, S. “Quelques conséquences psychiques de la différence anatomique entre les sexes” (1925). In: Freud, S. *La vie sexuelle*. Op. cit.; Freud, S. “La sexualité féminine” (1931). Idem; Freud, S. “La féminité”. In: Freud, S. *Nouvelles Conférences d’introduction à la psychanalyse* (1932). Paris, Gallimard, 1936.

mãe de Dora, pois esta não poderia desta maneira escolhê-la como *objeto de identificação*, tendo que se servir para tal da Sra. K, *objeto do desejo* do pai de Dora.²⁰ A ruptura entre as figuras da mãe e da mulher, destacada por Freud na leitura do imaginário infantil, seria então a resultante deste processo histórico e biopolítico, no qual a figura da mulher foi reduzida à figura da mãe, com todos os desdobramentos que isso evidentemente implica.

O discurso freudiano retomou esta mesma problemática no ensaio sobre a jovem homossexual, em 1919.²¹ Decepcionada com a figura da mãe, pelo novo filho, a jovem se distancia daquela e transforma uma outra mulher em objeto de desejo e de identificação,²² que não era possível com a figura materna. Em 1917, num comentário inserido no ensaio inicial sobre Dora, Freud nos disse que o laço homossexual das jovens mulheres se inscrevem nesta mesma problemática,²³ qual seja, pelo laço com uma outra mulher a jovem buscava uma identificação com o feminino, que não se encontrava na figura da mãe em função de sua impossibilidade. Vale dizer, as jovens se voltariam e se dirigiam para outras mulheres para descobrir o que é *ser uma mulher*, na medida que, com a figura da mãe depauperada e esvaziada da potência libidinal, isso não seria possível.

A contrapartida disso, no registro do masculino, se evidencia no discurso freudiano sobre a fantasia dos meninos, permeada que seria essa pela oposição entre a maternidade e o erotismo. Com efeito, a figura da mãe-santa não poderia ser marcada pelo erotismo, pois este a desqualificaria efetivamente como *puta*. Daí a decepção e o nojo dos meninos, com a figura materna, ao descobrir nessa a presença do erotismo.²⁴ Não obstante o fato de nesta leitura de Freud este fantasma sexual masculino ser considerado universal, me parece que essa se inscreve no campo historicamente delineado pela biopolítica. Isso porque se a mãe representa o sacrifício libidinal face à devoção da prole, esse sacrifício se faria às custas do seu erotismo.

Portanto, aquilo que aparece no fantasma da menina no registro da identificação, se enuncia no fantasma do menino no registro do objeto do desejo. No entanto, o que está em pauta nestas diferentes formas de subjetivação seria a oposição das figuras da

²⁰ Freud, S. “Fragment d’une analyse d’hystérie (Dora)”. In: Freud, S. *Cinq Psychanalyses*. Paris, PUF, 1975.

²¹ Freud, S. “Sur la psychogenèse d’un cas d’homosexualité féminine” (1914). In: Freud, S. *Névrose, psychose, perversion*. Paris, PUF, 1933.

²² Freud, S. “Pour introduire le narcissisme” (1914). In: Freud, S. *La vie sexuelle*. Op. cit.

²³ Freud, S. Idem.

²⁴ Freud, S. *Trois essais sur la théorie de la sexualité* (1905). Paris, Gallimard, 1962.

mãe e da mulher constituídas no campo da biopolítica, no qual a segunda foi sacrificada em nome da primeira.

Em decorrência deste sacrifício libidinal materno, os filhos acabavam por contrair uma *dívida* com a figura da mãe. Isso implicava em cobranças e culpabilizações desta com aqueles pela vida toda, mas que se incrementavam bastante com a saída dos filhos da casa dos pais. O mesmo não ocorria na relação dos filhos com a figura do pai, justamente porque este não era destituído de sua potência libidinal na experiência familiar.

Porém, a totalidade deste processo de subjetivação se condensa na célebre passagem enunciada pelo discurso freudiano em 1914, em “A introdução ao narcisismo”, de que para os pais os filhos ocupam a posição de “sua majestade”.²⁵ Enquanto ocupam a posição fantasmática de “sua majestade o bebê”, pelo massivo investimento libidinal realizando pelas figuras parentais, os filhos iriam idealmente realizar tudo aquilo que estes não puderam empreender na existência, justamente porque se sacrificaram pelos filhos no campo biopolítico da família moderna. Com efeito, enquanto condensação maior do Capital econômico e simbólico da nação, a criança foi alçada à condição de *soberana*, pois a qualidade de vida da população, como signo maior que seria da riqueza do Estado, dependeria deste lugar onipotente conferido ao infante. Foi apenas neste contexto histórico, marcado que foi pela biopolítica, enfim, que a criança foi transformada no símbolo do *futuro* propriamente dito, que passou a colorir e encantar os nossos fantasmas sobre o infantil e a criança.

Podemos reconhecer assim como um conjunto de enunciados fundamentais do discurso freudiano se inscreveram no horizonte histórico delineado pelo biopoder, que configurou uma modalidade específica de família, de laços conjugais e de laços entre pais e filhos, que foram cruciais para a constituição de certas formas de subjetivação na modernidade.

A indagação que se coloca agora é a seguinte: o que ocorre na atualidade, no que concerne a isso? É o que veremos em seguida.

V. Desejo e reprodução

Nos anos 50 e 60, do século XX, foi desencadeado um processo radical de transformação da estrutura familiar moderna, que perdeu alguns de seus eixos fundamentais, como indicamos acima. O movimento feminista foi o seu desencadeador,

²⁵ Freud, S. “Pour introduire le narcissisme” (1914). In: Freud, S. *La vie sexuelle*. Op. cit.

na medida que as mulheres passaram a pleitear em outro *lugar* e uma outra *posição* social, pois demandavam a igualdade das condições com os homens. Pretendiam assim dispor das mesmas oportunidades sociais e de reconhecimento simbólico, buscando então se inserir no mercado de trabalho.

Este movimento teve a sua condição concreta de possibilidade, no entanto, na invenção de procedimentos anticoncepcionais seguros. Desde então estes procedimentos foram não apenas se multiplicando e se aprimorando do ponto de vista técnico, de forma que a reprodução sexual pudesse ser bem controlada, pelas mulheres e pelos homens.

Se o controle de natalidade era já realizado desde o século XIX, por meios e instrumentos biopolíticos que pretendiam produzir a população bem qualificada, não obstante a oposição sistemática da Igreja Católica, os seus procedimentos eram arcaicos e bastante incertos. Se a biopolítica enunciava, com Malthus, que enquanto a população crescia em progressão geométrica enquanto que as fontes de alimentação cresciam em progressão aritmética, necessário seria restringir o tamanho da população para evitar a catástrofe da escassez e da precariedade alimentares. Ao lado disso, a demografia constatava, desde o final do século XVIII, que ocorria uma baixa da taxa de mortalidade e que a de natalidade se incrementava, invertendo então, pela primeira vez no Ocidente, esta relação. Com isso, o terror do fim da sociedade, que perseguiu a nossa tradição desde sempre, pôde ser finalmente apaziguado, pois a reprodução biológica sempre esteve atrelada à reprodução social. Por isso mesmo, as proles foram bastante reduzidas se comparadas às sociedades tradicionais e pré-modernas, até mesmo para que o investimento na qualidade de vida da população pudesse efetivamente se fazer com uma prole reduzida.

Não obstante tudo isso, as gestações eram imprevisíveis e no limite incontroláveis, de maneira que as mulheres ficavam à mercê de suas proles, que ocupava quase todo o seu tempo e nada mais lhes restavam para que pudessem investir em qualquer outra atividade. Portanto, o registro do *desejo* ficava regulado pelo registro da *reprodução biológica*, em nome sempre da *reprodução social*.

Contudo, com a invenção de meios anticoncepcionais seguros e múltiplos, as mulheres puderam separar finalmente os registros do desejo e da reprodução biológica, podendo então definir *quando* ter filhos e *quantos* filhos queriam ter. Com isso, a liberdade feminina se instituiu em larga escala, podendo ser mulher e mãe ao mesmo tempo, pois não estavam mais assujeitadas ao determinismo dos ciclos hormonais que sempre aprisionaram os seus corpos. Como se sabe, isso provocou uma importante

revolução dos nossos costumes, provocando o exercício amplo, geral e irrestrito do desejo na nossa tradição.

Assim, as mulheres passaram a se capacitar intelectualmente para se inserir no mercado de trabalho, em condição de igualdade com os homens. Foram então para a Universidade, que anteriormente ficava restrita aos homens, não obstante as raras exceções que também ocorreram. Passaram então a priorizar mais as suas carreiras, colocando-as numa mesma posição que o casamento. Com isso, este passou a se realizar mais tarde na existência das mulheres, pois essas queriam constituir uma experiência importante, que as consolidasse no campo da profissão, antes de se lançarem na aventura da maternidade.

Além disso, como o *ideal* de constituição da família e da prole como seu correlato não ficava mais de pé, como no século XIX e até os anos 50 do século XX, pois as mulheres queriam se realizar como *singularidades* e não apenas como mãe, as separações também se disseminaram. Com efeito, o laço conjugal entre um homem e uma mulher, assim como os laços homossexuais em seguida, somente seria possível de se produzir e de se manter caso os parceiros pudessem manter a sua condição desejante na conjugalidade. Caso contrário, cada qual saía em busca de outras relações, para articular a demanda do desejo na relação conjugal.

Por condição desejante na conjugalidade é preciso entender aqui não apenas o exercício prazeroso do erotismo entre os parceiros, mas também a possibilidade que cada um ofereça ao outro para a *expansão* de sua potência de *ser* e de *existir*. Os impasses conjugais poderiam se constituir nestes dois registros do desejo, tornando assim possível ou impossível a continuidade dos laços conjugais.

VII. Nova ordem familiar

Constituiu-se assim uma outra configuração da ordem familiar, bastante diferente da família nuclear moderna. Passou a se tornar comum que cada um dos parceiros tivesse já uma prole anterior e que estas proles fossem conjugadas na nova cena conjugal, independentemente da nova relação possibilitar outros filhos. As crianças, em contrapartida, passaram a se inscrever em dois cenários familiares, o que foi constituído por cada uma das figuras parentais.

Ao lado disso, as famílias monoparentais se incrementaram progressivamente, em escala internacional, de forma que os filhos passaram a viver apenas com um dos pais. Além disso, a extensão da prole se restringiu mais ainda, não sendo rara a

existência de uma só criança numa família. A diminuição da potência reprodutiva nos países europeus se transformou num padrão demográfico ao mesmo tempo importante e apavorante para os Estados atuais, que temem pelo seu futuro, pelo incremento da imigração dos países pobres.

Tudo isso coloca em cena as crianças e os jovens, que foram impactados de maneira radical por tais transformações. A modalidade da socialização familiar e das formas de subjetivação foram subvertidas, em relação a família nuclear moderna.

Assim, as mulheres saíram de casa para ir em busca de um projeto identitário e singularizante, mas, em contrapartida, os homens não voltaram para compensar e equilibrar a *ausência* materna. Com isso, as crianças passaram a freqüentar desde muito cedo as creches e as escolas maternas, que passaram a suprir a ausência das figuras parentais. Com o crescimento das crianças a ausência dessas se fazia ainda presente, de maneira que os empregados passaram a suprir tais ausências, quando os recursos financeiros possibilitaram isso, ou o excesso de atividades programadas.

Neste contexto, o espaço do jogo infantil foi evidentemente restrito, tendo na performance e na socialização compartilhada as suas contrapartidas. Parece-me que a *fantasmática* das crianças foi aqui atingida de maneira frontal, assim como aquilo que é o seu correlato, qual seja, a potencialidade de simbolização e de articulação linguageira.

Algumas mães passaram a realizar a dupla jornada de trabalho neste contexto, para suprir as suas ausências. Com isso, se desgastam excessivamente, de maneira a perturbar as suas relações tanto com o parceiro quanto com os filhos.

Tudo isso acabou por produzir uma crise importante na relação da família com a escola, que está longe de ser resolvida. Assim, na ausência relativa das figuras parentais essas passaram a exigir que a escola realizasse não apenas a socialização primária mas também a secundária,²⁶ isto é, a constituição do *ethos* primário e não apenas o ensino como foi instituído com a escola no século XIX. As escolas relutam em fazer isso, pois modificaria inteiramente a sua estrutura, e a questão permanece em aberto. As creches e as escolas maternas entraram já em parte na transmissão da socialização primária, que outrora era atribuição exclusiva da família, na ausência relativa dos pais nos primeiros anos de vida da criança. Parece-me, no entanto, que um novo *pacto social* entre a

²⁶ Bourdieu, P., Passeran, J. C. *La reproduction*. Paris, Minuit, 1970.

família e a escola será instituído no futuro, considerando as transformações que estão em curso.

VII. Formação de subjetivação

Este conjunto de transformações incidiu na economia do narcisismo das crianças inicialmente e dos adolescentes em seguida, produzindo novas modalidades de subjetivação e de transtornos psíquicos, que passaram a caracterizar a subjetividade na contemporaneidade.

Antes de mais nada, o *autismo*. Esta forma de perturbação psíquica foi apenas descrita nos anos 30, do século XX, pelo psiquiatra norte-americano Leo Kanner. Desde então, o seu crescimento tem sido vertiginoso, em escala internacional, de maneira a se destacar como uma modalidade específica de perturbação psíquica, da contemporaneidade. A sua emergência e ascensão irrefutável se articula com as transformações familiares a que me referi acima.

No que concerne a isso, com efeito, a ausência relativa das figuras parentais no campo familiar e o anonimato no cuidados das crianças e sobretudo dos infantes (babás, creches, escolas maternais) tem uma relação direta com a expansão do autismo. O desinvestimento narcísico daqueles seria aqui a condição concreta de possibilidade desta modalidade de dor psíquica.

Em seguida, as perturbações psíquicas se condensam cada vez mais nos registros do *corpo*, da *ação* e das *intensidades*,²⁷ nos quais a *passagem ao ato* passa a dominar a regulação psíquica, com descargas sobre o corpo e a ação. Se isso evidencia a pobreza dos processos de simbolização como afirmei acima, por um lado, denota ainda a perda do investimento narcísico, pelo outro, com a extensão daquilo que André Green denominava de *narcisismo de morte*. Com efeito, da síndrome do pânico às perturbações psicossomáticas, passando pelo incremento da irritabilidade, da agressividade e da violência, e chegando às depressões, o que está sempre em pauta é a desnarcisação e a fragilização dos processos de simbolização.²⁸

Por isso mesmo, o que se passou a denominar de *fronteiriços* e *estados limites* se incrementaram nas estatísticas epidemiológicas, constituindo entidades novas nas nosografias psiquiátrica e psicanalítica. Foi neste contexto social e teórico, aliás, que Winnicott formulou o conceito de *falso si-mesmo* e destacou o lugar das perturbações

²⁷ Birman, J. Birman, J. “Subjetividades contemporâneas”. In: Birman, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Op. cit.

²⁸ Birman, J. Idem.

psíquicas articuladas com o desmame e a desnarcisação.²⁹ Ao lado disso, Pontalis pontuou a presença da dita desnarcisação e da fragilidade simbólica nos ditos estados limites, nos quais a presença de uma boa escolaridade e do bom domínio da língua não impediriam a constituição de sujeitos com frágil potencial da metáforização.³⁰

Com isso, o que Freud denominava de neuroses atuais tende a predominar sobre as psiconeuroses, numa inversão do que ocorria no final do século XIX e nos primórdios do discurso freudiano.³¹ Porém, se as neuroses atuais não são mais facilmente transformáveis em psiconeuroses, isso se deve seja à narcisação frágil seja à pobreza dos processos de simbolização.

Não se pode esquecer ainda a disseminação das *compulsões* hoje, que como ações falhas dominam o horizonte das perturbações psíquicas. Com efeito, das drogas à comida, passando ainda por outros objetos, as compulsões representam na atualidade um contingente importante no campo das perturbações psíquicas, no qual se pode evidenciar a conjunção de uma negatividade narcísica com uma fragilidade dos processos de simbolização.

Este narcisismo de morte se enuncia de forma eloqüente nas depressões contemporâneas, que se destaca cada vez mais como a *prima donna* das perturbações psíquicas na atualidade. O que se apresenta aqui é a presença marcante do *vazio* no centro da experiência psíquica, de forma que o dito narcisismo de morte se evidencia pela pregnância assumida pelo *masoquismo* na experiência psíquica contemporânea. Seria este o correlato do narcisismo de morte nesta experiência, indicando assim o domínio da pulsão de morte sobre a pulsão de vida no aparelho psíquico.

VIII. Estilo adolescente de existência e a autoridade parental

Porém, se lançarmos agora este conjunto de transformações em curso num plano mais abrangente, podemos depreender ainda algumas decorrências cruciais do que ocorre na contemporaneidade.

Assim, se todos podem ser desejantes ao mesmo tempo e isso perdurar por toda a vida, a *diferença* entre a condição da adolescência e a que se faz presente no adulto e na velhice deixa de existir. Com efeito, as fronteiras psíquicas entre a adolescência e os demais momentos da existência tendem cada vez mais a se esfumarem e até mesmo se apagar. Pode-se ser pai, mãe, avó e avô na atualidade sem perder o fulgor da

²⁹ Winnicott, D. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

³⁰ Pontalis, J. B. *Perdre de vue*. Paris, Gallimard, 1988.

³¹ Freud, S., Breuer, J. *Études sur l'hystérie* (1895). Paris, PUF, 1971.

adolescência, no qual a potência desejante se encontra ainda sempre presente. O que se impõe como indagação hoje, nesta expansão do *estilo adolescente de existência*, é se aquela separação destas idades da vida não foi um artefato produzido pelo discurso biopolítico dominante nos últimos duzentos anos e que este agora tende a se transformar nas suas linhas fundamentais de força.

Uma das conseqüências disso é a perda da *autoridade* das figuras parentais aos olhos dos filhos, para os quais aquelas figuras se diferenciam deles cada vez menos, pois exercem um mesmo estilo de existência. Se este processo se iniciou lentamente nos anos 60, o seu incremento posterior se acelerou de maneira incrível, mudando completamente os padrões costumeiros de autoridade parental, na nossa tradição, de forma inequívoca.

Nesta transformação radical que se opera em face da infância hoje algumas conseqüências se avolumam e passam a nortear o nosso projeto de civilidade pós-moderna. Assim, a ausência e a diminuição flagrante da prole denota um não-desejo de crianças, na atualidade de nossa tradição, de maneira que um novo fantasma se constituiu. Este fantasma pode ser enunciado como *matemos as crianças*. Isso não tem mais o sentido que lhe deu Leclair num ensaio brilhante dos anos 80, intitulado “Mata-se uma criança” – que se fundava no limite a ser conferido à onipotência narcísica do infantil, para que o sujeito pudesse se constituir, num campo definido pelo discurso da biopolítica dos séculos XIX e XX -, mas o de não se querer ter mais filhos e crianças, pois estes perturbam e impedem a nossa possibilidade desejante de existir. Enfim, as crianças passariam a atrapalhar a nossa liberdade e mobilidade, de existir e de desejar.

Portanto, não devemos estranhar que a *pedofilia* tenha se transformado em uma de nossas obsessões contemporâneas, pois se nos empenhamos em matar as crianças como um fantasma fundamental hoje, as crianças deixam de ser o signo por excelência do futuro, como eram no início do século XIX, e se transformam no objeto para o gozo imediato dos adultos, no nosso imaginário contemporâneo.